



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
9ª Vara Federal de Curitiba

Avenida Anita Garibaldi, 888, 5º andar (Obs: sala de audiências no 2º andar) - Bairro: Cabral - CEP: 80540-901 -
Fone: (41) 3210-1631 - Email: pretb09dir@jfpr.jus.br

INQUÉRITO POLICIAL Nº 5005174-96.2023.4.04.7000/PR

AUTOR: POLÍCIA FEDERAL/PR

INDICIADO: A APURAR

DESPACHO/DECISÃO

1. Trata-se de pedido de arquivamento de inquérito policial e consequente pedido de declinação de competência formulado pelo Ministério Público Federal (evento 17, PED_ARQUIVAMENTO1).

Resumindo brevemente as alegações apresentadas, tem-se que o MPF promoveu o arquivamento deste IPL quanto ao crime de extorsão mediante sequestro, pois, alega, *não chegou a ser tentado e, por isso, é atípico e não é punível segundo o art. 31 do Código Penal*. E, uma vez arquivado este IPL quanto ao suposto único crime federal investigado, entendeu que *impõe-se a declinação de competência, para conhecer e julgar os demais crimes não federais (crime de organização criminosa e crime de porte/posse ilegal de arma de fogo), para a Justiça Estadual*.

A Autoridade Policial manifestou-se, em suma, ressaltando o fato de que, comprovadamente, os investigados permaneceram em Curitiba/PR e região metropolitana por mais de seis meses, mantendo relação estável e duradoura, adequando-se perfeitamente ao tipo penal previsto na Lei nº. 12.850/13, dentro de cada função e hierarquia demonstrada nos autos. Ademais, o crime de extorsão mediante sequestro seria um dos delitos investigados, não se tratando do único crime elencado, seja no início ou no atual estágio da investigação. Assim, pugnou pela manutenção da competência para processamento do feito neste Juízo, ao menos até a apresentação do relatório final do procedimento, a fim de permitir a mais ampla e clara tomada de decisão (evento 20, OFIC1).

Endossando as razões apresentadas pelo *Parquet*, a defesa de REGINALDO OLIVEIRA DE SOUSA apresentou exceção de incompetência, sob a alegação de que o caso não atende *aos requisitos exigidos no art. 109 da Constituição Federal para a fixação da competência*, bem como *aos critérios de excepcionalidade demandados pela Súmula 147/STJ*. Ao final, requereu o reconhecimento da competência da Justiça Estadual e, consequentemente, a remessa dos autos à Justiça Estadual de São Paulo. Alternativamente, pugnou pela remessa à Justiça Estadual Paranaense. Por fim, na hipótese de restarem rejeitados os pleitos

5005174-96.2023.4.04.7000

700013788198 .V45



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
9ª Vara Federal de Curitiba

acima formulados, mantendo-se a competência da Justiça Federal, requereu a remessa dos autos à Justiça Federal da Seção Judiciária de São Paulo (evento 22, PED_DECLINA_COMPET1).

Em nova manifestação, o MPF refutou os argumentos trazidos pela Autoridade Policial, destacando, entre outros, o fato de que a Polícia Federal tem competências administrativas (Lei 10.446/02) que não se confundem com a competência jurisdicional, a qual tem requisitos próprios constitucionais (Constituição Federal, art. 109) (evento 23, MANIF_MPF1).

Decido.

2. Preliminarmente, cumpre ressaltar que a decisão sobre a fixação da competência foi proferida pela Juíza Substituta no exercício da Titularidade Plena da 9ª Vara Federal de Curitiba/PR, Dra. Sandra Regina Soares. Pelo o que se depreende, o Juízo acolheu as razões apresentadas pelo Ministério Público Federal (processo 5005531-76.2023.4.04.7000/PR, evento 7, DESPADEC1):

(...)

2. Da competência

Quanto à competência do Juízo Federal de Curitiba/PR, o Parquet manifestou-se da seguinte forma:

Por fim, o crime é de competência do juízo de Curitiba-PR, pois é o local de residência do senador e sua família. É o local onde decerto a Orчим atuará ou terá de atuar para buscar seu desígnio criminoso.

Além disso, o crime investigado, no caso, é de competência federal (CF, art. 109, IV) porque a Orчим está atuando em detrimento do interesse da União no livre exercício do mandato parlamentar federal (cargo de senador da República) e do alto cargo de ministro da Justiça (em razão do qual provavelmente os interesses da Orчим foram atingidos quando o senador Sérgio Moro o exerceu).

Nesse sentido: “Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função” (STJ, Súmula 147, julgado em 7/12/1995).

*Nos termos das razões acima expostas, **acolho** a manifestação ministerial e fixo, por ora, a competência deste Juízo para análise do fato objeto do inquérito policial n.º 2023.0008388-DPF/CAC/PR.*



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
9ª Vara Federal de Curitiba

(...)

Veja-se, portanto, que, em um primeiro momento, o próprio órgão persecutório manifestou-se pela competência do Juízo Federal de Curitiba/PR.

3. Assim, sem deslusto às razões apresentadas, entendo *prematuras* as discussões ora suscitadas pelo Ministério Público Federal, **uma vez que a investigação ainda está em curso.**

Nesse ponto, vale destacar que nos autos da busca e apreensão n. 5012871-71.2023.4.04.7000 foram arrecadados *aparelhos eletrônicos* (como celulares, notebooks, tablets, pendrives), *documentos*, *veículos* e diversos outros itens que ainda estão sendo periciados. A medida foi deferida justamente a fim de possibilitar que a Autoridade Policial localizasse outros elementos de convicção para completa materialização dos crimes.

Cite-se, por exemplo, que apenas na residência do principal investigado, **JANEFERSON APARECIDO MARIANO GOMES**, foram apreendidos **10 (dez) aparelhos telefônicos** (elencados no Termo de Apreensão nº 1146299/2023 - processo 5012871-71.2023.4.04.7000/PR, evento 64, APREENSAO2), quantidade completamente inusual a um cidadão comum, de modo que se mostra minimamente prudente ao menos aguardar a extração e análise dos dados de tais equipamentos, que podem revelar os detalhes dos delitos perpetrados.

Repisa-se, a operação policial foi deflagrada há menos de uma semana, de modo que as lacunas porventura existentes poderão ser esclarecidas pelos elementos de informações que já foram e também por aqueles que ainda serão colhidos (como a oitiva dos investigados), não podendo ser interpretadas - neste momento pré-processual e quando ainda não encerradas as diligências policiais - como o reconhecimento da inexistência de crime.

Veja-se que a *extorsão mediante sequestro* não se mostra o único delito descortinado durante a investigação - por todos os elementos até então angariados na presente investigação, pode-se aventar que os planos espúrios capitaneados pela "*Restrita*" do PCC guardam conexão com fatos que foram ou seriam executados também em Cascavel/PR (cidade próxima a Catanduvas/PR), Brasília/DF, Campo Grande/MS e Porto Velho/RO, locais onde estão situados presídios federais e encontram-se encarcerados os líderes da facção do Primeiro Comando da Capital - PCC.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
9ª Vara Federal de Curitiba

A finalidade do inquérito policial é justamente a apuração dos fatos que configurem uma infração penal. É a sede, por excelência, da descoberta da efetiva ocorrência do delito, das suas circunstâncias e da sua autoria. Havendo a notícia e a probabilidade de que tenha sido cometido delito a ser processado e julgado pela Justiça Federal, segundo as demais informações que motivaram a instauração do IPL, deve-se aqui dar sequência ao procedimento investigatório.

Outrossim, a permanência dos autos na Justiça Federal se dá por celeridade e economicidade, tendo em vista que na hipótese de encerrada a investigação e confirmada a consecução de delito de competência federal, por força da súmula 122 do STJ (*Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, a, do Código de Processo Penal*), os autos acabarão retornando ao juízo federal.

Destaca-se, pois, que é no relatório conclusivo que a Autoridade Policial sopesa o acervo de provas produzidas e, convencido de elementos concretos suficientes, remete os autos do inquérito policial ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. Desse modo, não tendo sido ainda apresentado o relatório final e não tendo sido afastado o interesse da União no caso em análise, entendo que, por ora, permanece a competência da Justiça Federal para processamento do feito.

Quanto à competência territorial, sabe-se que, como regra, segue-se a *teoria do resultado*, sendo determinante o lugar da consumação da infração, ou do último ato da execução, nas hipóteses de tentativa (art. 70 do CPP).

Neste ponto, como ressaltou a Autoridade Policial, os elementos encartados durante a apuração - com destaque aos autos do pedido de afastamento dos sigilos telemáticos e telefônicos n. 5005531-76.2023.4.04.7000, nos quais foram juntados **Informação de Polícia Judiciária n. 17/2023** (processo 5005531-76.2023.4.04.7000/PR, evento 29, INF2), **Informação de Polícia Judiciária n.19/2023** (processo 5005531-76.2023.4.04.7000/PR, evento 81, INF2), **Auto Circunstanciado de Interceptação Telefônica nº 01 – ACIT 01** (processo 5005531-76.2023.4.04.7000/PR, evento 122, OUT2 e processo 5005531-76.2023.4.04.7000/PR, evento 122, OUT3), **Informação de Polícia Judiciária n. 26/2023** (evento 1, INF2) e **Informação de Polícia Judiciária n. 30/2023** (processo 5005531-76.2023.4.04.7000/PR, evento 174, INF2) - dão conta que os investigados permaneceram em Curitiba/PR e região metropolitana por mais de seis meses, atuando conjuntamente e de forma organizada, mantendo relação estável e duradoura,



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
9ª Vara Federal de Curitiba

com hierarquia e divisão de tarefas, adequando-se, portanto, ao tipo penal previsto na Lei nº. 12.850/13, tendo a organização criminosa realizado os atos necessários à consecução da empreitada delituosa nesta Capital.

Por todo o exposto, tem-se que somente com o avançar da persecução penal será possível compreender as circunstâncias de todas as infrações sob apuração, entendendo como mais acertado aguardar o encerramento das diligências e a apresentação do relatório final pela Autoridade Policial, para então o Juízo decidir sobre eventual pedido de arquivamento e de declinação do feito. Considera-se inclusive a possibilidade de declinações parciais para juízos diversos em relação a fatos criminosos que aparecerem fortuitamente nos elementos colhidos e sem conexão com os fatos que justificaram a instauração do presente IPL.

Registre-se que por se tratar de investigação que tem réus presos, o prazo de conclusão deverá ser rigorosamente observado pela autoridade policial, não demorando a findar, sendo certo que a questão da definição da competência também não demorará a ser tomada, eventualmente, inclusive, pela própria juíza federal que atuou no início das investigações.

4. Destarte, considerando que não restou afastado o interesse da União na apuração das ações delituosas perpetradas pela organização criminosa em análise, com base no artigo 109, inciso IV, da Constituição Federal, bem como persistindo a competência territorial de Curitiba/PR, **INDEFIRO o pedido do Ministério Público Federal** formulado no evento 17.1, nos termos da fundamentação supra.

5. Ponderando, ainda, a independência funcional dos membros do Ministério Público, cabível a invocação do preceituado pelo artigo 28 do Código de Processo Penal, como também se pode verificar da jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. CORREIÇÃO PARCIAL. INQUÉRITO POLICIAL. PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. ARQUIVAMENTO INDIRETO. ART. 28 DO CPP. Segundo entendimento jurisprudencial predominante no âmbito do STJ e deste Tribunal, o pedido de declinação da competência implica arquivamento indireto do inquérito policial, demandando aplicação analógica da regra disposta no art. 28 do CPP, em caso de divergência do Juízo. (TRF4 5011866-14.2013.404.0000, Sétima Turma, Relator p/ Acórdão José Paulo Baltazar Junior, juntado aos autos em 28/08/2013)

5.1. Assim, remetam-se os autos, **com urgência**, à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com fulcro no artigo 28 do Código de Processo Penal.

5005174-96.2023.4.04.7000

700013788198 .V45



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Paraná
9ª Vara Federal de Curitiba

5.2. Tendo em vista a *sensibilidade* do caso e a existência de investigados presos, solicite-se, respeitosamente, máxima prioridade no julgamento do presente caso.

5.3. Sobrevindo manifestação da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal na mesma linha de pronunciamento deste Juízo, intime-se o MPF e aguarde-se, independentemente de conclusão, a designação de novo Procurador da República para prosseguimento do feito.

5.4. Ressalto que, enquanto estiver pendente decisão sobre o pedido de arquivamento e de declinação de competência/atribuição pela 2ª CCR, a análise das medidas urgentes continuará sendo realizada pelo presente Juízo, sendo que os atos praticados poderão ser posteriormente ratificados (STF. 1ª Turma. HC 185755 AgR, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 08/06/2021 e STJ. 5ª Turma. AgRg no RHC 156.413-GO, Rel. Min. Ribeiro Dantas, julgado em 05/04/2022).

6. Por fim, quanto à exceção de incompetência apresentada por REGINALDO OLIVEIRA DE SOUSA (evento 22, PED_DECLINA_COMPET1), ainda que as razões apresentadas tenham sido enfrentadas nesta decisão, para evitar qualquer tumulto processual, à Secretaria para que distribua o incidente em apartado. Na sequência, naquele feito, intime-se o MPF.

Documento eletrônico assinado por **GABRIELA HARDT, Juíza Federal Substituta**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **700013788198v45** e do código CRC **fe45cf55**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): GABRIELA HARDT
Data e Hora: 28/3/2023, às 17:31:7

5005174-96.2023.4.04.7000

700013788198 .V45